



Vamos apresentar os números (dos 90 dias de governo) e a programação dos pagamentos

Alcides Bernal, prefeito da Capital

Bastidores

Polêmica

O vereador pastor Gilmar da Cruz (PRTB) pediu a aprovação de um projeto para conceder o título de visitante ilustre a ex-modelo Andressa Urach. O vereador solicitou ao plenário que aprovasse a “comenda” para a ex-modelo que foi vice-miss “Bumbum” e participante do programa A Fazenda da TV Record. Ela se converteu e escreveu um livro sobre a vida que viveu quando era “modelo”, revelando em sua biografia que se prostituía.

Solidariedade

Com a primeira banda de alunos com síndrome de Down do Estado, a escola Juliano Varella, pede apoio para que a banda formada a mais de 10 anos possa comparecer em Brasília para receber o prêmio “Brasil Mais Inclusão”.

Prêmio

Na quinta-feira eles farão uma apresentação e retornarão a Campo Grande na sexta-feira. O prêmio foi criado pela Câmara dos Deputados para reconhecer e valorizar pessoas e entidades que promovem a inclusão de pessoas com deficiência.

No clima

Na CPI do Cimi, após o clima ficar quente entre os deputados Paulo Correa, Mara Caseiro e Pedro Kemp, Ramon Aparecido, administrador da fazenda Brasília do Sul, de Juti, área onde o líder Marco Veron foi assassinado, criticou a ação do Cimi e da Funai naquela área.

Campanha

Quando Pedro Kemp estava fazendo os questionamentos Romon Aparecido, o administrador falou sobre a campanha de política do petista. “E inclusive tinha gente do senhor lá também na época da campanha. O número do senhor eu até sei é o 13 613!!! Pedi voto para o senhor”, declarou.

Gargalhadas

Com a “confissão”, os presentes foram as gargalhadas e a própria deputada Mara brincou com ele dizendo que ele fez propaganda para o petista.

Últimos capítulos

A Operação Coffee Break, que investiga a eventual compra de votos de vereadores na cassação do prefeito Alcides Bernal, se aproxima do fim, pelo menos segundo uma projeção do Gaeco, que prometeu a tentativa de encerrar o caso até o final deste ano.

Apreensão

Só no segundo semestre de 2015, ocorreram por conta dessas investigações três pedidos de afastamento de vereadores. Será que em dezembro acontecerá de novo essa recomendação do Ministério Público Estadual (MPE/MS)?

Apreensivo eu?

Edil Albuquerque diz que está tranquilo quanto ao fim das invetigações da operação Coffee Break, coordenada pelo Gaeco, que inclusive já pediu o seu afastamento da Casa de Leis. “Tenho uma defesa bem embasada e não acredito que serei incriminado por nada e nem qualquer outro vereador”.

Primeiro prova, depois convoca

A vereadora Magali Picarelli (PMDB), apontada como a “dona da mão” que aparece em uma foto apresentada pelo prefeito ao Gaeco diz que não tem nenhum problema em depor, caso seja chamada.

Acompanhante

Na visita de “cortesia” do prefeito Alcides Bernal ao vereador João Rocha (PSDB), novo presidente da Câmara Municipal, o secretário municipal de Planejamento, Finanças e Controle foi um dos acompanhantes do chefe do Executivo. O chefe da Seplanfic foi, aliás, o único que chegou a entrar na sala da Presidência, mas ficou por tempo determinado e depois precisou esperar do lado de fora.

Só pastinha

Disney de Souza Fernandes trouxe um prospecto das quatro matérias que o Executivo deseja que a Câmara vote o quanto antes e ficou devendo mais uma vez a documentação que estava pendente do Projeto de Lei 076/2015, sobre o acesso ao crédito dos depósitos judiciais. Desde que protocolou esse projeto foram duas visitas na Casa de Leis, em que foi cobrado pessoalmente por vereadores, mas parece ter desconsiderado o apelo parlamentar.



É uma matéria complexa, que vai ser votada no limite do prazo, sem que a prefeitura deixe claro o impacto

EDUARDO ROMERO, ao comentar o projeto dos depósitos judiciais. Segundo ele, o projeto só ficou travado na Câmara Municipal, pois o prefeito não teria enviado documentos explicativos para o Legislativo, apontando onde serão utilizados os recursos a serem utilizados

Crise

Para amortizar dívida, Governador vai fazer empréstimo de R\$ 3 bi

Dívida atual é de R\$ 7,8 bilhões e governo quer amortizar R\$ 2,5 bilhões

Mariana Anjos e Liziane Berrocal

“É tenso!”. A frase falada por muita gente é o que define, segundo o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) a situação financeira do Brasil, assim como a do Estado de Mato Grosso do Sul. Com isso, Azambuja agora quer emprestar junto ao Banco Mundial US\$930 milhões de dólares. Segundo ele, com este valor, de R\$ 3 bilhões, pagaria a União e de acordo com a justificativa dele, sairia de um juro extorsivo de 21% para 4,5% ao ano.

De acordo com as informações oficiais serão refinanciados um total de R\$ 2,5 bilhões. Até o momento foram pagos R\$ 6,2 bilhões e há uma dívida total de R\$ 7,8 bilhões. Mensalmente são pagos R\$ 85 milhões, sendo que destes são R\$ 50 milhões só de juros.

Agora, para acertar a negociação, está prevista uma reunião no início de janeiro. “O Ministério do Planejamento pediu para nós mais algumas informações da carta consulta, que foram enviadas, na última sexta-feira. Agora tem um órgão do planejamento que chama Cofix (Comissão de Financiamentos Externos), que analisa a carta consulta e convoca para uma reunião, que deve ocorrer no início de janeiro do ano que vem. Aprovada esta carta consulta, o governo está autorizado a avançar nas negociações com o Banco Mundial”, explicou.

Também de acordo com Azambuja, com este valor, será possível “melhorar” a eco-

nomia do Estado. “Nós vamos emprestar US\$930 milhões de dólares e pagar R\$3 bilhões para a União e sair de um juro extorsivo de 21% para um juro de 4,5% ao ano. Com essa mudança, o Estado pretende ter condições de fazer investimentos e melhorar a equação da economia do Estado”.

De acordo com o secretário adjunto da secretaria de Fazenda, Jader Afonso, com o empréstimo que o Governo do Estado está pleiteando junto ao Banco Mundial, será possível pagar parte da dívida com o Governo Federal.

Atualmente, o Estado repassa aproximadamente R\$ 85 milhões, de um valor retirado mensalmente, decorrente a 15% da receita líquida do Estado. De saldo devedor, o estado tem R\$ 7,8 bilhões e deste valor, R\$ 2,9 bilhões são de resíduos, ou seja, dívidas antigas que já foram negociadas e que é permitido pela União que seja renegociado. Ele também defende que o ponto positivo dessa transação é de pagar um juro bem menor (4,5%) sobre o empréstimo, comparado com o que é desembolsado atualmente (até 21%).

Segundo Jader, esse empréstimo daria um fôlego ao Estado. “Essa dívida de resíduos, tem prazo para ser pago até 2020 e o restante tem prazo até 2028. com essa diminuição de juros, nos daria uma maior flexibilidade e sem dúvida fôlego, para organizar as finanças. Esperamos que quanto antes este valor for liberado poderemos quitar parte dessa dívida”, finalizou.

Cortesia

Bernal se reúne com Rocha após convite oficial da Câmara

Danilo Galvão

Na reunião entre o prefeito da capital Alcides Bernal (PP) e o novo presidente da Câmara Municipal, o vereador João Rocha (PSDB) foi discutido na manhã desta terça-feira, a formação de uma nova base governista, a aprovação de projetos do Executivo e uma possível indicação de um líder, uma vez que Bernal está sem essa liderança oficial desde que reassumiu a prefeitura.

Segundo Bernal, foi um encontro de poderes. “Foi um encontro institucional de chefe de poderes. Contudo posso adiantar que foi uma conversa bem séria e conversas sérias, exigem uma postura de seriedade dos dois lados”, declarou Bernal.

Ele que chegou na Câmara falando de um suposto “novo golpe”, e desde que Rocha foi eleito presidente faz acusações, afirmou que não falaram disso.

“Vim até aqui na condição de prefeito e não tratamos de assunto dessa natureza. Nosso enfoque foi nos assuntos de suma importância para o Município, como alguns projetos do Executivo que precisam de votação da Câmara”, declarou.

Os projetos são referentes ao acesso do Executivo aos valores dos depósitos judiciais, a reforma do ISS (Imposto Sobre Serviços), do programa de pagamento incentivado de dívidas e também do aumento do valor

mínimo do ajuizamento para ações da prefeitura. De acordo com as informações do prefeito, são 30 mil processos por cobranças ao ano, ajuizados pela Prefeitura.

Para presidente, encontro é para harmonizar relação entre poderes

O presidente João Rocha afirmou que se colocou a disposição para trabalhar juntamente com o prefeito e buscar harmonia entre os poderes. “O encontro serve para que se estabeleça um diálogo de harmonia entre os poderes. O legislativo está a disposição para trabalhar pela cidade e garanto que existirá fluidez na avaliação das matérias”, declarou.

Sobre as votações em regime de urgência nos projetos do Executivo, Rocha foi taxativo. “Sendo de suma importância, serão avaliadas com a urgência e atenção que merecem”, declarou. Desde que apresentou o projeto dos depósitos judiciais, por exemplo, Bernal não foi até a Câmara detalhar se há ou não regime de urgência na questão.

Durante a visita na Câmara Municipal, o prefeito não se reuniu com os vereadores, e sua conversa foi somente com o presidente do Legislativo. Desde que reassumiu a prefeitura, tem sido uma tendência de ele apostar em uma relação direta com o presidente da Casa de Leis. (com LB)



Chico Ribeiro/Segov/Divulgação

 Reinaldo Azambuja afirmou que situação é tensa e crise levou ao empréstimo

Momento atual de crise gerou necessidade, segundo Governo

O governador definiu a situação atual de bastante complicada. “Este ano foi difícil para todos nós. A economia nacional está passando por um ano de extrema dificuldade. Em 15 anos, ininterruptamente, o Estado teve crescimento real de receitas, e após 15 anos é a primeira vez que não temos crescimento real, sendo simplesmente um pequeno crescimento nominal e abaixo dos índices inflacionários”, destacou Reinaldo Azambuja.

A Cofix (Comissão de Financiamentos Externos) é um órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sua finalidade principal é analisar as solicitações de financiamento externo do Setor Público (nos três entes federativos) aprovando recomendações que autorizam a preparação do projeto.

Anúncio

Prefeito anuncia cronograma para pagamentos e de 13º

O prefeito Alcides Bernal, que deixou para terça-feira (1º) a visita à Câmara Municipal para conversar com o novo presidente da Casa, o vereador João Rocha (PSDB), que tomou posse na última sexta-feira, após ser eleito em decorrência da renúncia de Mário César (PMDB), anunciou para hoje (2), a apresentação do cronograma de pagamentos do Município.

Bernal chegou ao local, após receber um convite oficial da Câmara e continuou disparando as acusações de um suposto “golpe” para tirá-lo do poder. Ele anunciou que nesta quarta-feira (2) a prefeitura fará um evento no CREA-MS (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), onde apresentará um balanço dos 90 dias da segunda fase de seu governo.

“Às 17h, vamos apresentar os números e a programação do pagamento dos servidores, décimo terceiro e dos fornecedores”, afirmou. A prefeitura está sem pagar os fornecedores desde que Bernal reassumiu a prefeitura, pois segundo ele, seria feita uma auditoria.

Prefeitura tem R\$ 24 mi parados, por deixar de mandar documentação

O poder Executivo não enviou a planilha com as informações e a documentação necessária para a votação

do projeto de acesso aos depósitos judiciais. Os documentos foram solicitados pelos vereadores Eduardo Romero (Rede) e Carla Stephanini (PMDB) que são da comissão de finanças. Os documentos foram solicitados ao secretário Disney de Souza e ao prefeito Alcides Bernal durante as visitas.

Agora, a pauta pode ser trancada, por falta de documentação da Prefeitura. Com isso, o executivo passaria a ter um incremento de R\$ 2,5 milhões mensais que viriam dos depósitos judiciais diretamente para o pagamento de previdência. Esses recursos saem diretamente da fonte 01, o tesouro municipal, que ganharia um fôlego mensal neste valor.

Os vereadores pediram explicações sobre como serão utilizados esses créditos e como seriam pagos depois. “É uma matéria complexa, que vai ser votada no limite do prazo, se for votada, sem que a Prefeitura deixe claro o efeito do impacto econômico do uso dos valores. São R\$ 40 milhões disponíveis dos quais a prefeitura pode usar R\$ 24 milhões”, explicou Eduardo Romero.

A prefeitura tem uma dívida de R\$ 26 milhões com a previdência e os depósitos judiciais podem ser, por lei, utilizados para pagamento de dívidas da previdência e dívidas fundadas. (DG e LB)